

A IMPORTÂNCIA DA ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR NO ACESSO À JUSTIÇA DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

XXXI Encontro de Extensão

Clara Leticia Arrais Silva, Clara Letícia Arrais Silva, Marília Sousa Bucar Paz, Marcio Ferreira Rodrigues Pereira

Diante do cenário alarmante de supressão de informações por parte da Secretaria da Administração Penitenciária do Ceará durante a pandemia, a mobilização de familiares e dos movimento populares foram essenciais para efetivar o direito de acesso à informação sobre as pessoas tuteladas pelo Estado e para garantir os direitos dessa população privada de liberdade. O arrefecimento da pandemia de COVID-19 possibilitou que os movimentos sociais ligados ao sistema carcerário se rearticulassem para assegurar os direitos fundamentais das pessoas em direto contato com esse microcosmo. A atuação do CAJU, intrinsecamente dedicado à democratização dos direitos sociais àqueles grupos marginalizados e que mais necessitam de apoio jurídico de qualidade, colabora com população e frentes organizadas com o objetivo de garantir o controle da epidemia e, mais amplamente, promover o acesso à saúde e dignidade dentro do sistema prisional, protegendo os internos, servidores, e, de forma mais abrangente, toda a sociedade. O presente trabalho visa analisar o papel fundamental da assessoria jurídica popular no monitoramento da efetivação de políticas públicas que buscam salvaguardar as condições de vida das pessoas privadas de liberdade, utilizando-se de bibliografia que versa sobre as teorias críticas do direito, além de experiências empíricas fundamentadas na perspectiva prática de movimentos sociais, como a Frente Estadual pelo Desencarceramento do Ceará.

Palavras-chave: Segurança pública. Assessoria Jurídica Popular. Direitos fundamentais.